



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLOS SIC

SECRETARIA: Secretaria da Fazenda

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Dados sobre imunidade e isenção de ITCMD negados. Informações não registradas. Possibilidade de consulta direta pelo interessado. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 249/2017

1. Trata o presente expediente de pedidos formulados à Secretaria da Fazenda, números SIC em epígrafe, para acesso a dados sobre imunidade e isenção de ITCMD formulados por entidades sem fins lucrativos que foram negados pelas Delegacias Regionais Tributárias I, II e III.
2. Em resposta, prestou esclarecimentos, mas o silêncio ante o recurso apresentado ensejou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Secretaria quedou-se inerte.
4. Para analisar a presente situação, vale recordar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da Administração Pública.
5. No caso em apreço, o ente informou que os indeferimentos de pedidos de imunidade ou isenção tributária mantêm o contribuinte entre os sujeitos tributáveis, sendo que seu nome apenas é retirado em caso de deferimento da demanda.
6. A Lei vigente assegura acesso livre a informações já existentes e custodiadas pela Administração Pública, conforme dispõe seu artigo 11, sendo possível ao ente público oferecer meios para pesquisa direta do interessado. No presente caso, parece plausível que, apesar de não haver lista oficial com os sujeitos que tiveram seu pedido de isenção ou imunidade indeferidos, a Secretaria da Fazenda detenha os expedientes ou processos contendo estas solicitações, mostrando-se razoável a possibilidade de consulta direta pelo interessado aos respectivos autos processuais administrativos, regidos pelos princípios insculpidos no artigo 37 da Constituição, dentre os quais realça-se o da publicidade.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

7. Deste modo, desde que preservadas eventuais informações pessoais ou protegidas por específica previsão legal, a caracterizar alguma das restritas exceções à regra geral da transparência, mostra-se necessário facultar consulta direta pelo interessado, sendo recomendável que o órgão público disponibilize meios para o demandante realizar, diretamente, pesquisa junto aos expedientes pertinentes, para a obtenção das informações a que pretende ter acesso, conforme previsão do artigo 11, §1º, inciso I, e 3º, da Lei nº 12.527/2011, comunicando-se local e modo para tanto, de forma a atender à sistemática da Lei de Acesso à Informação.
8. Ante o exposto, havendo possibilidade de consulta direta pelo interessado às fontes primárias das informações almejadas, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, inciso I, e §3º, da Lei nº 12.527/2011, devendo-se adotar, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 7 de novembro de 2017.

/ / /
GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO